



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

13/06/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Greve geral - 'A Baixada vai parar', diz líder sindical

"Unificou, unificou, é estudante junto com trabalhador". A 'união' esteve presente nas falas de todos os representantes das centrais sindicais e estudantes Baixada Santista que realizaram coletiva de imprensa, na manhã de ontem, no Sindicato dos Bancários de Santos e Região. As categorias afirmam que a greve geral de amanhã será a maior greve da Baixada Santista.

O objetivo é protestar contra o projeto do governo de reforma da Previdência. Também estão na pauta das reivindicações temas como maior geração de empregos formais, retomada do crescimento da economia e contingenciamento na Educação. Estudantes e a classe trabalhadora devem impulsionar grandes paralisações e manifestações em todo o país. Segundo os sindicalistas, mais de 70% dos trabalhadores das cidades na região vão aderir à greve.

"Não tenho dúvida do êxito que vai ter (a greve) aqui na Baixada. A unidade é muito grande, por isso não tem como não dar certo", comentou Ricardo Luiz Lima Saraiva Big, secretário de Relações Internacionais da Intersindical Central da Classe Trabalhadora e secretário geral do Sindicato dos Bancários de Santos e Região. "A Baixada vai parar, essa é a nossa estratégia", reiterou. De acordo com os líderes das entidades, os ônibus serão paralisados. "Não vamos deixar sair os carros, só vai ter ônibus às 23h59", afirmou o presidente do Sindicato dos Rodoviários de Santos e região (SindRod), Valdir Pestana.

"Não são os sindicatos que estão fazendo greve, é o povo brasileiro", esclareceu. Segundo Pestana, São Paulo, Sorocaba, ABC, Guarulhos e Baixada Santista vão parar. Michel Iorio Gonçalves, presidente da Associação dos Trabalhadores Judiciários (Assojubs) disse que os servidores públicos estarão aonde for preciso, inclusive se dirigindo até porta de garagem para paralisação dos ônibus.

Os estudantes também falaram em parar a saída dos ônibus. Para "Big", "os trabalhadores que não podem 'dar a cara para bater' devem ficar em casa, porque a partir de 0h vai ser um caos". Ao final do dia, o Diretório Central dos Estudantes da Unifesp (DCE) fará um ato na Estação da Cidadania, com concentração às 17 horas.

MAIS PARALISAÇÕES.

A greve geral teve início na manifestação do Dia do Trabalhador, 1º de Maio, realizado no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, com a unificação de todas as centrais sindicais. Os representantes falaram ainda que uma paralisação não resolverá o problema e que farão quantas mais forem necessárias. "Estudantes e trabalhadores não vão permitir que entreguem nosso país. Essa greve é uma etapa, vamos fazer paralisações quantas vezes for necessário", disse Big.

"A Baixada sempre foi exemplo de luta e sexta será indicativo do que nós podemos continuar fazendo", afirmou Uriel Villas Boas, representante da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB). O presidente do SindRod completou: "Da parte dos rodoviários, enquanto não tiver mudança, vai ter greve". Mais de 34 sindicatos, movimentos sociais e estudantis estiveram presentes na coletiva de imprensa.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 13/06/2019

Previdência: economia com reforma pode cair

Em reunião com líderes partidários, o relator da reforma da Previdência, Samuel Moreira (PSDB-SP), indicou que a nova versão da proposta deve prever uma economia entre R\$ 800 bilhões e R\$ 850 bilhões em dez anos. O texto original encaminhado pelo governo ao Congresso representava um corte de R\$ 1,2 trilhão nas despesas previdenciárias em uma década. Moreira, contudo, ainda estuda mudanças no relatório para tentar chegar a um valor próximo de R\$ 950 bilhões.

A meta dele era de R\$ 1 trilhão, como deseja o ministro Paulo Guedes (Economia). Uma das possibilidades é elevar a alíquota de CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido) de bancos de 15% para 20%, o que pode gerar uma receita extra de aproximadamente R\$ 5 bilhões por ano, algo que havia sido feito por Dilma Rousseff (PT) em 2015. O governo propôs a criação de uma idade mínima para aposentadorias, que seria de 65 anos, se homem, e de 62 anos, se mulher.

Além disso, determina que ambos os sexos teriam que contribuir por 20 anos. Uma das sugestões em análise pelo relator e pelo governo é que mulheres possam se aposentar após 15 anos de contribuição. Além disso, durante a transição, a idade mínima para mulheres poderia ficar em 57 anos. O relatório ainda está em elaboração. O texto, porém, já sofreu alterações.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 13/06/2019

Estados e municípios ficam de fora da reforma

O relator da reforma da Previdência na Câmara, Samuel Moreira (PSDB-SP), retirou estados e municípios do texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que apresentará hoje à Comissão Especial que analisa o tema. A decisão teve a anuência do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Moreira alegou que ainda não há apoio suficiente para aprovar o texto. Maia achou melhor incluir estados e municípios na reforma quando a proposta for votada no plenário, com todos os deputados, e não na Comissão Especial. A exclusão preocupa o mercado financeiro. Sem a participação de estados e municípios, assembleias legislativas e câmaras municipais terão que fazer suas próprias reformas.

Porém, essas iniciativas pulverizadas enfrentarão a pressão de um eleitorado mais próximo, como professores e servidores municipais às vésperas das eleições para prefeito e vereadores. Há risco de as mudanças serem brandas e sequer saírem do papel.

Estados e municípios enfrentam rombo nas contas e têm como único recurso pedir socorro ao Governo Federal – tudo o que o ministro da Economia, Paulo Guedes, não quer. Segundo Maia, se houver apoio dos governadores com a garantia de votos, um destaque prevendo a inclusão de estados e municípios nas reformas tem chances de ser aprovado pelo plenário por mais de 400 dos 513 deputados. Os debates em torno da reforma acontecerão na próxima semana na Comissão Especial, que deve votá-la no dia 27.

MUDANÇAS

O relator afirmou que a idade mínima para a aposentadoria de professoras deverá passar de 60 para 57 anos e que as mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e na aposentadoria rural serão retiradas da reforma. O BPC é pago à pessoa com deficiência ou idosos desamparados. Moreira também retirou a capitalização do texto. Maia disse que Guedes concordou que esse regime seria viável só com a economia já em crescimento.

Leia mais: Jornal A Tribuna – 13/06/2019